



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511  1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.  CDD 361
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam a limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925117</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>188</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>212</b>
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251120</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>246</b>
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251121</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>259</b>
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251122</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>268</b>
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251123</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>280</b>
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>292</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>293</b>

## REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES

### Sueli do Nascimento

UniRedentor, Faculdade de Serviço Social,  
Paraíba do Sul, RJ

### Celena Pereira Rabello

UniRedentor, Faculdade de Serviço Social,  
Paraíba do Sul, RJ

**RESUMO:** O texto vai tratar do debate da inserção da política social nos planos diretores, partindo das reflexões de Flávio Villaça, que considera desnecessária tal questão. Neste aspecto, buscamos justificar tal importância a partir das análises de Harvey (2012) e Lefebvre (2001) no que concerne ao direito à cidade, bem como realizando articulação com a discussão da função social da cidade e da propriedade. Deste modo, realiza-se uma explicação da relevância de se inserir a política social no interior do plano diretor e demonstrando que os trabalhadores também precisam pensar a cidade em que querem viver.

**PALAVRAS-CHAVE:** política social, plano diretor, direito à cidade

### REFLECTING ON THE INSERTION OF SOCIAL POLICY IN THE MASTER PLANS

**ABSTRACT:** The text will deal with the debate on the insertion of social policy in the master plans, starting from the reflections of Flávio Villaça,

who considers such issue unnecessary. In this respect, we seek to justify such importance from Harvey's (2012) and Lefebvre's (2001) analyzes regarding the right to the city, as well as articulating with the discussion of the social function of the city and property. In this way, an explanation of the relevance of inserting social policy within the master plan is made and demonstrating that workers also need to think about the city in which they want to live.

**KEYWORDS:** social policy, master plan, right to the city

### 1 | INTRODUÇÃO

O artigo tem o objetivo de discutir a inserção da política social no interior dos planos diretores. Compreendemos que não há como pensar a cidade e o seu planejamento sem atender a necessidade de reprodução social dos trabalhadores. Tal reprodução não se reduz a força de trabalho, mas as maneiras de viver e aproveitar a cidade nas formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artística, religiosas e dentre outras. Por isso, ser tão importante sair do campo material, ou seja, para aquilo que se ver, para o imaterial, para aquilo fruto da subjetividade humana.

Assim a relevância deste trabalho passa por dois caminhos: o primeiro pensar a política

social na relação com as políticas urbanas no plano diretor; e, segundo, trazer para o debate a relação função social da cidade e da propriedade enquanto categoria para pensar o social para o planejamento urbano.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, já que se observou pouco debate sobre o tema e análise de pesquisa documental utilizada durante o processo de investigação no projeto de Iniciação Científica da UniRedentor cujo o tema versa sobre a intersecção da Política Social e Urbana nos Planos Diretores. Aqui, como pesquisadoras da área de Serviço Social, foi criado um incomodo teórico no qual favoreceu a necessidade de escrever este singelo material produto das reflexões realizadas.

O trabalho está dividido nesta introdução onde discorreremos sobre os caminhos percorridos, no próximo item se discutirá o debate do social no plano diretor articulando as categorias direito à cidade, função social da cidade e da propriedade. Na sequência debateremos a importância da política social para o planejamento urbano e terminamos com pequenas considerações finais que visam indicar proposta de pesquisa.

## **2 | O SOCIAL NO PLANO DIRETOR: UMA REFLEXÃO DO DIREITO À CIDADE E DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE**

Flávio Villaça, arquiteto da USP, coloca-nos alguns argumentos para pensar a relação entre políticas urbanas, econômicas e sociais presentes nos planos diretores. Para ele o debate é assim exposto:

[...] Note-se que quando se fala em proposta de natureza social, por exemplo não está se falando apenas na construção de escolas, parques ou hospitais. Está se falando de ação na própria esfera social, na natureza das atividades desenvolvidas nos parques e hospitais (como o papel formador e pedagógicos das escolas por exemplo). A nosso ver, tais aspectos estritamente sociais ou econômicos dificilmente se encaixariam na natureza de um Plano Diretor. Uma intervenção de natureza social, da qual os equipamentos físicos seriam apenas instrumento, seria muito mais apropriada a uma Plano de Governo do que a um Plano Diretor que, pelo menos pelo discurso dominante, deve ser de médio e longo prazos. (VILLAÇA, 2005, p. 9)

Com tal reflexão construímos esta análise mostrando a importância de pensar as políticas sociais no interior dos planos diretores, já que Harvey (2012) aponta dois elementos que dificultam a discussão sobre o direito à cidade: o processo de despossessão e a elitização do planejamento da cidade.

No que se refere a despossessão, Harvey (2012) explica que:

A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo. [...]. (HARVEY, 2012, p.82)

Um processo de deslocamento, que chamo “acumulação por despossessão”, encontra-se no cerne da urbanização sob o capitalismo (Harvey, 2003); é o espelho da absorção de capital pelo desenvolvimento urbano e está causando numerosos conflitos em torno da captura das terras valiosas de populações de baixa renda que nelas puderam viver por muitos anos. (Idem, p. 83)

Na exposição de Harvey (2012) há elementos contundentes de relação de classe no uso das cidades pela elite econômica, ou seja, se estabelece a retirada da posse do uso da terra construída dos trabalhadores e suas famílias que são empurrados para áreas sem serviços sociais e urbanos. A situação fica mais difícil se as terras onde estão as moradias dos trabalhadores são ou irão ser valorizadas, criando, neste aspecto, condições ainda maiores de precarização do valor da moradia indenizada pelo Estado ou por expulsão velada, dada as condições sociais e econômicas da localização do bem.

Outro elemento que não podemos esquecer é o processo de elitização do planejamento da cidade, este assunto é abordado por Harvey (2012) nas seguintes considerações:

A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade. [...] (Idem, p. 85)

O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto. (Idem, p. 86-Grifos nossos)

O processo de planejamento da cidade precisa se ater as relações do forças econômicas e políticas existentes, pois envolve capital e mecanismos de criação de mobiliário urbano e espaços em formas rápidas de consumo dos excedentes do capital. Neste processo, os possuidores dos recursos desejam garantir o retorno do investimento, assim como, definir a clientela que usará o bem depois do processo de “destruição criativa” (Harvey, 2012). Por isso, é tão necessário pensar a política social no interior do plano diretor não para tirar ou sobrepor a autonomia de pensar as políticas públicas, mas no incentivo de trabalhar e pensar de forma intersetorial a cidade, bem como assegurar o direito à reprodução dos trabalhadores.

Nesse caminho de compreensão do direito à cidade que deve estar presente no Plano Diretor, temos a contribuição de Lefebvre (2001) quando diz:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p.134)

A reflexão de Lefebvre (2001) vem de encontro as ponderações de Harvey (2012),

pois Lefebvre indica claramente a importância da socialização e da participação no processo de construção da cidade enquanto Harvey nos diz que o processo vem sendo elitizado e favorecendo a criação de conflito. Se o plano diretor não demonstrar na sua constituição e conteúdo a quem ele serve, colocar-se-á possibilidade de dominação de classe no processo de garantia legal do direito à cidade destituindo os trabalhadores da participação na indicação de qual a melhor cidade para viver.

Entender os aspectos até aqui trabalhados nos possibilita apontar outros elementos fundantes, presente na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto das Cidades de 2001, que é a função social da cidade e a função social da propriedade tendo como objetivo assegurar o direito à cidade universalmente.

Para iniciar esta discussão vale ressaltar que não há na literatura um debate aprofundado sobre a categoria função social da cidade e da propriedade, por isso nos assessoramos das discussões da disciplina do Direito para fundamentar a análise. Segundo Garcias e Bernardi (2008, p. s/p) “a Constituição trata das funções sociais da cidade, mas não esclarece quais são essas funções que devem ser ordenadas para que ocorra efetivamente melhorias na qualidade de vida dos moradores da cidade e daqueles que dela se utilizam. ”

No que se refere a função social da cidade Garcias e Bernardi (2008) estabeleceram categorias para pensar a consolidação da cidade nos seguintes termos: funções sociais urbanísticas (habitação, trabalho, lazer e mobilidade); funções de cidadania (educação, saúde, segurança e proteção) e; funções de gestão (prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural, sustentabilidade urbana).

Os autores explicam que as funções sociais urbanísticas estão vinculadas a Carta de Atenas de 2003 no que se refere:

A visão na nova Carta de Atenas 2003 é de uma cidade conectada, instantânea, porém acentua que não se trata de “uma visão utópica e nem uma inadequada projeção das inovações tecnológicas”. Também observam que esta conexão se dará através do tempo, interligando pequenas a grandes cidades e zonas rurais, criando-se um contínuo urbano. Propõe o equilíbrio social envolvendo não apenas as pessoas, mas também as comunidades, para solucionar os problemas de acessibilidade a educação, saúde e outros bens sociais. Prega novas estruturas sociais e econômicas que possibilitem reduzir a ruptura social causada pela exclusão, pobreza, desemprego e criminalidade (GARCÍAS e BERNARDI 2008, s/p).

O interessante da citação anterior é perceber o processo de urbanização vinculado ao equilíbrio social no sentido de resolver os problemas relacionados as políticas sociais: educação, saúde e outros bens sociais as quais estão intrinsicamente relacionadas com as funções sociais de cidadania. Estas vinculam-se ao artigo 6º da Constituição Federal de 1988 no que segue: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ”

No que se refere a função social de gestão, esta busca atender as necessidades urbanísticas para a população, visando um ambiente saudável e comum, através de instrumentos legais.

No que se refere a função social da propriedade:

No início, em contraste com a noção original de Duguit, a função social da propriedade estava concebida no Brasil como um conceito com limites externos. Em outras palavras, no Brasil, a ideia foi utilizada originalmente mais para consolidar uma noção de propriedade particular restrita por obrigações sociais que para legitimar a ideia da função social da propriedade no sentido positivista – com limites internos –, como concebida por Duguit. (CRAWFORD 2017, p. 15)

Pensar a função social da propriedade em seus limites externos e internos nos leva a resgatar algumas considerações do autor: limites internos colocados pelas obrigações sociais e limites externos colocados por:

[...] Duguit [que] acreditava na sociabilidade humana como fator central em nossa formação social. Além disso, mesmo que admitisse a possibilidade de propriedade particular, ele também entendia que, dentro de uma organização – um compacto – social, quando há propriedade, estamos tomando uma decisão afirmativa para servir não somente aos nossos interesses particulares, mas também para alimentar nossos interesses coletivos. (CRAWFORD, 2017, p.12)

Assim pensar a função social da propriedade é levar em consideração as obrigações sociais (limites internos) e os interesses coletivos (limites externos).

Desta forma, é necessário pensar a função social da cidade e da propriedade nos termos expressos do Estatuto da Cidade, artigo 2º, quando diz que a política urbana tem a meta de ordenar tais funções onde há instrumentos legais que favorecem o interesse coletivo e o atendimento das obrigações sociais. Nestes termos, o plano diretor é um instrumento legal que precisa assegurar as funções urbanísticas, sociais e de gestão da cidade, por isso ser tão importante o processo político e econômico na sua elaboração, já que o plano para sair do papel precisará destes dois fatores.

Mas como a política social passa a ser tão importante no momento de construção e reflexão do plano diretor? É o que vamos discutir no próximo item.

### **3 | A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA SOCIAL PARA O PLANEJAMENTO URBANO**

Os planos diretores têm como função precípua pensar o desenvolvimento da cidade e o uso do solo urbano, mas desde quando ele foi inserido na administração pública para refletir sobre as diretrizes de gestão do território? Para responder esta questão precisamos nos assessorar de Villaça (2005) no que se segue:

A ideia de Plano Diretor existe no Brasil, pelo menos desde de 1930. Nesse ano foi publicado, em francês, o conhecido plano Agache, elaborado por este urbanista francês para a cidade do Rio de Janeiro. Nesse plano pela primeira vez, aparece entre nós a palavra “plan directeur”.

Desde então a ideia de Plano Diretor se alastrou entre nós com grande intensidade e rapidez, passando a ser adotada, defendida e prestigiada pela elite da sociedade brasileira, principalmente por arquitetos e engenheiros ligados aos problemas urbanos, políticos, cursos universitários diversos, empresários (principalmente os do setor imobiliário) e pela imprensa. (VILLAÇA, 2005, p. 10)

Entender que o plano tem um cunho histórico que traz as mudanças em seu conteúdo, sentido e objetivos no decorrer do tempo, tem uma base sociológica, pois consolida relações sociais que se estabelecem para dar uma diretriz econômica, política, social e cultural para o território e técnico, pois conforme os indicativos de Villaça os sujeitos da área da arquitetura e urbanismo dão o tom de sua elaboração.

Essa análise se confirma com a citação a seguir: “[...] entre os grupos sociais envolvidos em planos diretores – engenheiros, arquitetos, urbanistas, ONGs ligadas ao espaço urbano e habitação, geógrafos, juristas, empresários imobiliários, proprietários fundiários etc.” (Villaça, s/d, 238-239). No hall dos envolvidos precisamos fazer justiça aos profissionais que têm o social como questão, que vem contribuindo para pensar as relações sociais no interior dos territórios que são objetos dos planos diretores no Brasil.

Entender o processo histórico e dos sujeitos envolvidos nos remete ao entendimento do que seja Plano Diretor, assim podemos analisar no que segue:

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. Essa seria uma definição que acreditamos ser a mais consensual. (VILLAÇA, s/d, p. 238)

Nesse aspecto, o Plano Diretor é peça chave para analisar o produto conceitual determinado pelos sujeitos através de uma análise sociológica e histórica, pois este documento não pode ficar restrito a uma análise técnica, como podemos analisar logo abaixo:

Na essência, o Plano Diretor é um produto político, entendido aqui política como negociação/disputa entre atores, segmentos e classes sociais presentes no território urbano. Não se pode esquecer que a palavra grega polis é a origem/raiz tanto da palavra política quanto cidade, sendo a polis o lugar de encontro entre o público e o privado, entre o individual e o bem comum. (LAHORGUE, 2017, s/p)

Nos termos da citação, o plano diretor é um produto e este é político, portanto nele está contido reflexões estabelecidas por relações sociais e políticas e que projetam formas de viver e de se relacionar na cidade, portanto a política social é de suma importância, pois está vinculada ao atendimento das necessidades humanas localizadas na cidade.

No caso, vale ressaltar que os Planos Diretores pós Constituição de 1988 são os referenciais para pensar o desenvolvimento urbano territorial da cidade e suas transformações. Neste sentido, temos, inicialmente, a Constituição Federal de 1988, no capítulo II – Política Urbana, em seu artigo 182 como referência de análise, ou seja, “a política de desenvolvimento Urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. ”

Destacar a necessidade que os Planos Diretores precisam apresentar no sentido de ordenar as funções sociais da cidade e do bem-estar da população, fez-nos observar a relevância da relação entre a política urbana e social. Por outro lado, a partir de 2001, outro marco legal passa a direcionar o planejamento das cidades, que é o Estatuto da Cidade (Lei 10.257), no seu Capítulo III – Do Plano Diretor, art. 39 onde há apontamentos no que se refere ao social:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (Grifos Nossos).

Assim podemos destacar acima a relevância da articulação entre a política urbana e social quanto as necessidades dos cidadãos, à qualidade de vida e à justiça social para pensar o Plano Diretor. Desta forma, se coloca como prioridade refletir as mediações necessárias para pensar a política social à cidade, pois:

Na urbanização da pobreza, com o predomínio do padrão periférico de crescimento urbano (KOWARICK, 1979), as relações de propriedade, ao se desenvolverem, criam os limites do uso e produzem a fragmentação dos espaços, com a tendência à destruição dos espaços públicos e ao esvaziamento da sociabilidade. E na medida em que não se orienta para as demandas dos oprimidos em termos de habitação, saneamento saúde, moradia e reserva de investimentos públicos para as áreas determinadas pela integração submissa à lógica do capital, o Estado reforça a informalidade, a autoconstrução, a marginalização social e a criminalização da pobreza.(COUTINHO, 2011, p.115)

Para pensar as necessidades dos oprimidos, que na nossa ótica são os trabalhadores, é necessário nos ater a dimensão social da urbanização da pobreza, pois devemos ainda refletir sobre as políticas de educação, trabalho, assistência social e enfatizar a política de saúde como aquelas políticas de sustento da vida e reprodução social. Entender o aspecto das políticas sociais no interior dos planos diretores se faz de forma relevante para trabalharmos a reprodução dos trabalhadores nas cidades, bem como rever as construções que o capital cria para valorizar o processo de acumulação com destruição de espaços-territórios dos trabalhadores para conseqüente valorização do lucro.

Assim com Harvey (2014) podemos refletir no seguinte aspecto ao direito humano

à cidade, enquanto debate introdutório da política social, que deve ser discutida no plano diretor:

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relação com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são os nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com os nossos desejos mais profundos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre a urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p. 28)

Aqui, busca-se trazer à tona o direito humano à cidade como relevante para a reprodução da vida em condições que não privilegiem a exploração e a segregação residencial, trabalho, educação e lazer. Assim, pensar a relação entre política urbana e social é fortalecer o direito a uma cidade humanizada e que deve estar configurada nos planos diretores.

Na citação anterior, a política social deve ser considerada na sua função de reprodução da força de trabalho, ou seja, a necessidade que o trabalhador dispõe para trabalhar, mas possui questões objetivas para a sua manutenção e da família na sociedade capitalista que é viabilizada pelo Estado por meio de políticas. Por outro lado, Faleiros (2013, p.54) expõe que as políticas sociais não asseguram apenas os trabalhadores vinculados a produção, porém aqueles que estão fora da produção como: crianças, idosos e inválidos por meio da manutenção do consumo.

Diante do exposto, Behring e Boschetti (2011) advogam que o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela inserção no mundo do capital, nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente. Nesta perspectiva, elas mencionam a necessidade do reconhecimento do papel do Estado nesta relação, no que se refere à necessidade de se ter clareza das múltiplas determinações que o integram ao processo de definição das políticas sociais.

Assim entender os determinantes históricos das políticas sociais não as desvinculam do processo de planejamento urbano e uso do solo apontado pelo Estado, para se realizar a teologia do tipo de cidade humanizada na qual queremos viver.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O texto buscou retratar a necessidade da política social para a reprodução do trabalhador no planejamento urbano, onde o plano diretor é elemento central do debate. Pensar a política social aqui não é restringi-la ao perfil daqueles que vão acessá-la e muito menos os serviços que serão ofertados, mas das condições sociais

de localização dos trabalhadores na cidade a fim de garantir acesso aos serviços públicos e privados e não de “controle da vida dos pobres”.

O plano diretor tem como indicativo o planejamento da cidade e nele deve conter as políticas sociais, pois na realidade a cidade cresce desordenada e depois se discute a entrada dos serviços públicos, entre eles os serviços sociais, quando se deve pensar concomitante a política urbana com a política social e econômica para o uso e ocupação do solo urbano e sem esquecer a estrutura para a zona rural.

Outro elemento primordial, é pensar a relação do Estado, e no seu interior as frações de classes, com as diretrizes legais de planejamento urbano e social para cidade. Compreendemos que os conflitos de classe também se expressam no debate de que cidade precisamos e queremos.

Entendemos que este trabalho é o início de uma discussão que requer análises de planos diretores para identificar os desdobramentos das políticas sociais no conteúdo dos documentos e assim poder fazer maiores reflexões.

Consideramos importante ampliar o debate sobre a política social sem preconceitos e restrições que levem ao discurso de “pobreza”, “miséria”, mas enquanto ao direito humano à cidade, pois ela deve garantir acesso a todos sem distinção econômica, de classe, raça, religião, gueto e etc.

Aqui fica a proposta de pensar a cidade para as pessoas de distintas classes acessarem e não de privar seu acesso a alguns e, neste sentido, construir instrumentos planejamento que incluam todos e todas.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti e Boschetti, Ivanete. Política Social - fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001 (Estatuto das Cidades.)

COUTINHO, Ronaldo. A urbanização da pobreza e a lógica do capital. \_\_\_\_ e AHMED, Flávio. Cidade, direito e meio ambiente perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

CRAWFORD, Colin. A Função Social da Propriedade e o Direito à Cidade: teoria e prática atual. IPEA, Texto para Discussão, Rio de Janeiro, 2017

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

GARCIAS, Carlos Mello e BERNARDI, Jorge Luiz. As Funções Sociais da Cidade, 2008. Disponível em: [revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br](http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br). Acesso em 09.07.19

HARVEY, David. Cidades Rebeldes Do direito à cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Direito à Cidade. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

LAHORGUE, Mário Leal. PLANO DIRETOR: QUESTÃO TÉCNICA OU POLÍTICA? Disponível em < <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/plano-diretor-questao-tecnica-ou-politica/>> Acesso em 03.09.2018.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

VILLACA, Flávio. As ilusões do Plano Diretor. São Paulo. Edição Flávio Vilaça: 2005.

VILLACA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas\\_PD\\_Villa%C3%A7a1.pdf](http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%C3%A7a1.pdf)> Acesso em: 02. Set.2018.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo Segregação urbana e desigualdade. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2012/02/13/sao-paulo-segregacao-urbana-e-desigualdade-artigo-de-flavio-villaca/> Acesso em 01. Set.2018.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Thaislayne Nunes de Oliveira:** Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176  
Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167  
Assistencialismo 88, 103  
Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275  
Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292  
Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

### C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272  
Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277  
Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274  
Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194  
Clientelismo 59, 88  
Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103  
Coronelismo 49, 50, 59, 189  
Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60  
Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

### D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205  
Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5  
Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277  
Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277  
Desigualdade socioespacial 194  
Determinantes sociais 82, 287, 289  
Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292  
Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

### E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155  
Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291  
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272  
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

## **F**

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275  
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

## **G**

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

## **I**

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

## **J**

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144  
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184  
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

## **M**

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192  
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73  
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147  
Medida socioeducativa 125, 154  
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258  
Mercado de trabalho do assistente social 35  
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

## **N**

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173  
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285  
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

## **P**

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277  
Política de habitação 194  
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

## Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

## R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

## S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

## T

Teoria social crítica 1, 2

## U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

## V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567